



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - **PRESIDENTE**
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
VICENTE FELIX CORREIA
JOSÉ ARTUR MELO
EDUARDO TAVARES MENDES*
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
MARCOS BARROS MÉRO
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY
DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

*Afastado para exercício de mandato eletivo

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - **PRESIDENTE**
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
DELFINO COSTA NETO

DIRETOR DO CAOP
JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

CHEFE DE GABINETE
ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO

DIRETOR GERAL
CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL
DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA
PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO, DESPACHOU, NO DIA 8 DE MAIO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 284/2018.

Interessado: Dr. Paulo Roberto de Melo Alves Filho, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de autorização para residir fora da comarca.

Despacho: Trata-se de pedido de membro do Ministério Público do Estado de Alagoas para residir fora da comarca, pleito que encontra guarida no art. 129, § 2º, da Constituição Federal e, também, na Resolução nº 26, de 17 de dezembro de 2007, com redação alterada pela Resolução nº 112, de 4 de agosto de 2014, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

Em atenção ao disposto no art. 13, do Ato Normativo Conjunto 002/2011 PGJ/CGMP, que prescreve a imperiosa oitiva da Corregedoria-Geral do Ministério Público, evoluíram os autos aquele órgão da Administração Superior.

A douta Corregedoria-Geral, constatou que o interessado comprovou “[...] os requisitos em conformidade com as disposições contidas no Ato Normativo Conjunto PGJ/CGMP/002/2011 e Resolução do CNMP nº 26, datada de 17 de novembro de 2007[...]” (fl. 20, v.).

Imperioso trazer à lume o teor entalhado no art. 2º, do Ato Normativo Conjunto nº 002/2011 PGJ/CGMP, in verbis: “Art. 2º. O Procurador-Geral de Justiça, ouvida a Corregedoria-Geral, e por meio de decisão motivada, em caráter excepcional e em caso de justificada e relevante razão, poderá autorizar a residência fora da comarca ou localidade em que o membro do Ministério Público exercer sua titularidade”.

Destarte, preenchidos os requisitos prescritos pelas precitadas normas jurídicas, DEFIRO o requerido pelo ilustre Promotor de Justiça às fls. 3/4.

Publique-se.

Após, arquite-se.

Proc: 1312/2018.

Interessado: Tribunal de Justiça de Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (Embargos de Declaração nº 0001347-15.2013.8.02.0056/50000).

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, juntado às fls. 13/16, para, dirimindo o conflito de atribuições suscitado, nos termos do art. 20, da Lei Complementar estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, indicar o 3º Procurador de Justiça Criminal como o órgão de execução legitimado a officiar nos autos. Cientifique-se o interessado.

Proc: 1407/2018.

Interessado: Dra. Eloá de Carvalho Melo, Promotora de Justiça.

Assunto: Comunicação de retorno de férias.

Despacho: Ciente. À DP para as anotações de estilo.

Proc: 1432/2018.

Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DP para informar.

Proc: 1450/2018.

Interessado: Shanya Maria de Espíndola Dantas.

Assunto: Encaminhamento de Termo de desistência de Fernando Kendi Ishikawa.

Despacho: Ciente. À DP.

Proc: 2905/2017.

Interessado: Gabinete da Presidência/ Tribunal de Justiça de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Adotadas as medidas legais cabíveis, no âmbito da 51ª Promotoria de Justiça da Capital, determino o arquivamento do feito.

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 8 DE MAIO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 969/2016.

Interessado: Sindicato dos Policiais Civis de Alagoas – SINDPOL.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1408/2018.

Interessado: Dr. Fábio Bastos Nunes, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de autorização para residir fora da comarca.
Despacho: Em face da identidade de objeto com o Proc. 1395/2018, arquite-se.

Proc: 1427/2018.

Interessado: Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Pão de Açúcar.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1429/2018.

Interessado: Dr. Rodrigo Soares da Silva, Promotor de Justiça.
Assunto: Comunicação de exercício.
Despacho: Ciente. À DP para as anotações de estilo.

Proc: 1442/2018.

Interessado: Dr. Magno Alexandre Ferreira Moura, Promotor de Justiça.
Assunto: Comunicação de exercício.
Despacho: Ciente. À DP para as anotações de estilo.

Proc: 1445/2018.

Interessado: Dr. Rodrigo Soares da Silva, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de autorização para residir fora da comarca.
Despacho: À douta Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 1451/2018.

Interessado: Poder Judiciário de Alagoas/Justiça Itinerante.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 1452/2018.

Interessado: Poder Judiciário de Alagoas/Justiça Itinerante.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 8 de maio de 2018.

Andressa Loureiro de Mendonça Alves Amaral
Assessora de Gabinete
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 211, DE 7 DE MAIO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. SÉRGIO AMARAL SCALA, 50º Promotor de Justiça da Capital, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 1ª Procuradoria de Justiça Criminal, de 2ª instância, até ulterior deliberação, com efeitos retroativos ao dia 1º de maio do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 212, DE 7 DE MAIO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. ADIVALDO BATISTA DE SOUZA JÚNIOR, 6º Promotor de Justiça de Arapiraca, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela Promotoria de Justiça de Traipu, até ulterior deliberação. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 213, DE 7 DE MAIO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 1288/2018, RESOLVE designar os Doutores RAMON FORMIGA DE OLIVEIRA CARVALHO, Promotor de Justiça de Teotônio Vilela, de 1ª entrância e HYLZA PAIVA TORRES DE CASTRO, 1ª Promotora de Justiça de Coruripe, de 2ª entrância, para apresentarem o Ministério Público do Estado de Alagoas na etapa da “Justiça Itinerante”, a se realizar no período compreendido entre os dias 9 e 11 de maio, no Fórum da Comarca de Coruripe. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 214, DE 7 DE MAIO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 1287/2018, RESOLVE designar os Doutores THIAGO CHACON DELGADO, 1º Promotor de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância e ELOÁ DE CARVALHO MELO, 3ª Promotora de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, para apresentarem o Ministério Público do Estado de Alagoas na etapa da “Justiça Itinerante” com a “Ação Global”, a se realizar no dia 26 de maio, na Escola Estadual Humberto Mendes, na cidade de Palmeira dos Índios. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 11/2017
CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: POLO-IT INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA (CNPJ n° 02.131.834/0001-61).

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto: a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços de monitoramento remoto, suporte e administração de sistemas gerenciadores de banco de dados, n° 11/2017, pelo período de 12 (doze) meses, contado de 2 de maio de 2018 a 1 de maio de 2019; e a alteração consensual de cláusula econômico-financeira do contrato, face acordo entre as partes, pactuada em reunião realizada em 26 de abril de 2018 (Ata de reunião n° 01/2018), com a comissão para promover as medidas necessárias à renegociação dos contratos, conforme disposições constantes no processo n° PGJ/AL-482/2018.

DO VALOR: O valor mensal do contrato passa a ser de R\$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais) e perfaz o valor total de R\$ 30.240,00 (trinta mil, duzentos e quarenta reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2016-2019, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público/Manutenção e Funcionamento da Tecnologia da Informação, Natureza de despesa: 339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário, suprarreferido e não expressamente alterados por este instrumento, que àquele se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

DATA DA ASSINATURA: 30 de abril de 2018.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça); Joaquim Alves Pedreira Godinho Neto (Representante legal da Contratada).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 14/2017
CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: OK LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA - EPP (CNPJ n° 07.173.027/0001-25).

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto: a prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços contínuos de locação de veículos, com motorista, sem fornecimento de combustível, para transporte de documentos, materiais, colaboradores, servidores e membros a serviço do Ministério Público do Estado de Alagoas, em deslocamentos na capital e no interior, n° 14/2017, pelo período de 12 (doze) meses, contado de 5 de maio de 2018 a 4 de maio de 2019; e a repactuação dos valores do contrato, face o reajuste dos preços da locação dos veículos diante a aplicação do índice INPC, no acumulado de 1,81% (um vírgula oitenta e um por cento), e planilha de custos de formação de mão de obra, consoante convenção coletiva de trabalho, sob n° de registro no MTE AL000064/2018, conforme disposições constantes no processo n° PGJ/AL-1108/2018.

DO VALOR: O valor mensal do contrato passa a ser de R\$ 25.188,36 (vinte e cinco mil, cento e oitenta e oito reais e trinta e seis centavos) e perfaz o valor total de R\$ 302.260,32 (trezentos e dois mil, duzentos e sessenta reais e trinta e dois centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA-2016-2019, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário, suprarreferido e não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

DATA DA ASSINATURA: 2 de maio de 2018.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça); Luiz Marcelo Santos de Andrade (Representante legal da Contratada).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 07/2018

PROCESSO N° 3423/2017 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/PGJ/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).

FORNECEDOR: CORE SERVICE EVENTOS EIRELI – EPP (CNPJ sob o n° 10.540.976/0001-00).

DO OBJETO: Constitui objeto da presente Ata o Registro de Preços futuro e eventual fornecimento de coffee break nos intervalos de eventos e/ou treinamentos relacionados às atividades precípua deste Ministério Público, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, consoante as condições do Edital e seus Anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independente de transcrição.

DO PREÇO REGISTRADO:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
01	Coffee Break	2000	Pessoas	R\$ 28,50	R\$ 57.000,00
02	Coffee Break básico	2000	Pessoas	R\$ 26,50	R\$ 53.000,00
Preço Total da Ata					R\$ 110.000,00

VIGÊNCIA: A validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

DATA DA ASSINATURA: 7 de maio de 2018.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça); Luciana Andrea Veronese Minotti (Representante legal do Fornecedor).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 08/2018

PROCESSO N° 2804/2017 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/PGJ/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).

FORNECEDOR: GIBERTONI COMERCIAL EIRELI – EPP (CNPJ sob o n° 22.471.158/0001-82).

DO OBJETO: Constitui objeto da presente Ata o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais elétricos para uso na infraestrutura de datacenter, destinados ao Ministério Público do Estado de Alagoas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, consoante as condições do Edital e seus Anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independente de transcrição.

DO PREÇO REGISTRADO:

LOTE 6

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Marca/Modelo	Preço Unitário	Preço Total
1	Fita Isolante Classe A – Deve ser aprovada e certificada pela norma de fitas isolantes de PVC ABNT NBR NM 60454-3- 1-5; A unidade deverá vir com, no mínimo, 20 (vinte) metros. Deve ter espessura de, no mínimo, 0,18mm, medidas 18mm; Deve suportar temperatura de, no mínimo, 90°C; Deve ser antichama e composto de filme em PVC; Deve possuir isolamento de fios e cabos elétricos até 750V, duas camadas sobrepostas para isolamento de 750V. Deve possuir garantia de, no mínimo, noventa dias.	100	Unidade	Prysmian Pirelli P44	R\$ 16,22	R\$ 1.622,00

VIGÊNCIA: A validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

DATA DA ASSINATURA: 7 de maio de 2018.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça); Regina Maria dos Santos Gibertoni (Representante legal do Fornecedor).

EXTRATO DO CONTRATO N° 08/2018

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ n° 12.472.734/0001-52).

CONTRATADA: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA (CNPJ sob o n° 59.456.277/0001-76).

DO OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação dos serviços de atualização e suporte da solução Oracle, conforme Termo de Referência e Política de Suporte Técnico da Contratada, face as disposições constantes no processo n° PGJ/AL-610/2018.

DA FUNDAMENTAÇÃO: Objeto de Inexigibilidade de Licitação, face aplicação do art. 25, inciso I, da Lei Federal n° 8.666/93, com o arrimo da ratificação da inexigibilidade publicada no DOE/AL em 04/04/2018, conforme processo n° PGJ/AL-610/2018.

DO VALOR: R\$ 109.341,60 (cento e nove mil, trezentos e quarenta e um reais e sessenta centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2016-2019, no Programa de Trabalho 03.122.0195.3013.0000 – Aparelhamento do Ministério Público/Aperfeiçoamento da Tecnologia da Informação, Natureza de despesa: 449040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 7 de maio de 2018.

SIGNATÁRIOS: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto (Procurador-Geral de Justiça); Ana Claudia Lopes (Representante legal da Contratada).

>>>>>>>> DISTRIBUIÇÃO PGJ <<<<<<<<<<

AO(S) 08 DIA(S) DO MÊS DE MAIO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO PGJ, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc. 02.2018.0000221-75
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS
Natureza: REQ. PROVIDENCIAS
Assunto: Declínio Parcial de Atribuição. NF - 1.11.001.000113/2018-01
Remetido para: 3ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios

Proc. 02.2018.0000221-64
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS
Natureza: REQ. PROVIDENCIAS
Assunto: NF - 1.11.001.000113/2018-01
Remetido para: 2ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios

Proc. 02.2018.0000220-75
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS
Natureza: Não informado
Assunto: Inquérito Civil nº 1.11.000.001095/2012-91
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Escola Superior do Ministério Público

PORTARIA ESMP/AL nº 27 DE 08 DE MAIO DE 2018

O VICE-DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na forma do parágrafo 3º, do artigo 6º, do Ato PGJ nº 03/12, resolve desligar do programa "Voluntariado do Ministério Público de Alagoas" a prestadora de serviço voluntário JACQUELINE TENORIO LEITE MENEZES, lotada na 12ª Promotoria de Justiça de Arapiraca, com efeitos retroativos a 31/01/2018.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ
Promotor de Justiça
Vice-Diretor da ESMP-AL

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS - ESMP-AL

A DIRETORIA DA ESMP-AL, NESTA DATA:

Considerando o princípio constitucional da publicidade e os poderes delegados pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça;

Considerando a existência de vaga no Programa de Estágio do Ministério Público do Estado de Alagoas;

CONVOCA, abaixo, os aprovados no 6º Processo Seletivo para o quadro de vagas e formação de cadastro de reserva de Estagiários do Ministério Público do Estado de Alagoas para assumir vaga no referido programa:

*ARAPIRACA
(20º) CLEDIVANIA DA SILVA;
(21º) FRANKLIN ANDERSON OLIVEIRA DOS SANTOS;
(22º) DANILO GUSTAVO BATISTA DOS SANTOS.

*LIMOEIRO DE ANADIA (REGIÃO ARAPIRACA)
(27º) LARISSA DUARTE TENORIO DA SILVA.

*MACEIÓ (MANHÃ – REOPÇÃO)
(19º) MATHEUS SILVA COSTA;
(20º) ELLWIS DAVID LIRA DA SILVA;
(21º) TIAGO ROBERTO SOARES;
(22º) BIANCA MARIA DE OLIVEIRA VILLAR;
(23º) PEDRO HENRIQUE LEAL DOS SANTOS;
(24º) CAYAN ARAUJO OLIVEIRA;
(25º) SISLANY MARIA LIMA OLIVEIRA.

*MACEIÓ (TARDE)
(156º) LUANA ROCHA DE SOUZA;
(157º) LISETE TEIXEIRA DE VASCONCELOS REIS;
(158º) ERICK BRUNO SILVA DOS SANTOS;
(159º) FLAVIA MARIA BATISTA HONORATO;
(160º) AMANDA DE OLIVEIRA BRITO;
(161º) JOAO VIEIRA DA COSTA NETO;
(162º) PEDRO HENRIQUE CARNAUBA CORREIA;
(163º) MARYA EDUARA MARTINS DE BARROS LUCENA;
(164º) FERNANDA RIOS DE Omena SANTIAGO;
(165º) LUIS FILIPE DE BARROS MELO;
(166º) NATHALIA ISABELLE DA SILVA COSTA;
(167º) JOAO PAULO DA SILVA SANTOS;
(168º) JESSICA FEITOSA PINTO;
(169º) THAMYRES MENEZES ACIOLI;
(170º) DAIANE DA CONCEICAO SILVA;
(171º) *CANDIDATO CONVOCADO NA REOPÇÃO*;
(172º) CARLOS FELIPE DE MENDONCA ALVES JUNIOR;
(173º) JORGE RENAN DIAS SILVA;
(174º) ALANA GABRIELA CHAGAS DA SILVA;
(175º) ANA WALQUIRIA OLIVEIRA FRAGOSO;
(176º) RAYSSA COSTA BITTENCOURT;
(177º) ELIAS DE ALBUQUERQUE LIMA;
(178º) *CANDIDATO CONVOCADO NA REOPÇÃO*;
(179º) THAIANE FERRAZ TORRES.

*PORTO CALVO (REGIÃO MATRIZ DE CAMARAGIBE)
(2º Matriz de Camaragibe) FELYPE OLIVEIRA DE BRITO.

*SÃO SEBASTIÃO (REGIÃO ARAPIRACA)
(24ª Arapiraca) LARISSA RAYANE NUNES FARIAS.

INFORMA, ainda, que os convocados deverão comparecer à ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, mediante agendamento no telefone (82) 9.9155-7173, na Sede do CAOP, situada à Av. Fernandes Lima, nº 1018, (em frente ao Tribunal de Contas) – Maceió-AL, no horário de funcionamento – 8h30min às 12h30min, no prazo de 7 (SETE) DIAS ÚTEIS, a contar da data desta publicação, sob pena de perda da respectiva vaga, munidos da seguinte DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:

- Documento oficial de identidade e CPF (original e 2 cópias);
- Comprovante de residência (original e 1 cópia);
- Título de eleitor e um dos seguintes documentos: comprovante da última votação (original e 1 cópia) ou Certidão da Justiça Eleitoral comprovando quitação eleitoral;
- Carteira de reservista (original e 1 cópia);
- 02 (duas) fotos 3x4;
- 02 (duas) vias da Declaração de Vínculo com uma das instituições de ensino superior conveniadas ao Ministério Público do Estado de Alagoas, informando que está matriculado e frequenta um dos três últimos anos do curso de Direito, não sendo válido o comprovante de pagamento da matrícula;
- 02 (duas) vias do Comprovante de horário das disciplinas em que se encontra matriculado fornecido pela faculdade;
- 02 (duas) vias da Declaração de disponibilidade de tempo para a realização de estágio de 20 (vinte) horas semanais, no horário de funcionamento da Procuradoria-Geral de Justiça ou Promotorias de Justiça, feita pelo(a) próprio(a) convocado(a);
- 02 (duas) vias da Declaração que não possui cargo, função e/ou estágio com vedação de acumulação prevista no artigo 19 da Resolução CNMP n.º 42/2009, de 26/06/2009, feita pelo(a) próprio(a) convocado(a);
- Certidões cível e criminal das Justiças Estadual e Federal;
- Declaração indicando os dados bancários de sua conta-corrente no Banco Itaú, feita pelo(a) próprio(a) candidato(a);
- Histórico escolar constando todas as disciplinas cursadas em cada período (original e 1 cópia);
- Outros documentos necessários solicitados pela Escola Superior do Ministério Público e/ou Diretoria de Pessoal do Ministério Público do Estado de Alagoas, no momento em que o candidato se apresentar dentro do prazo permitido.

Maceió, 8 de maio de 2018.

CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ
Promotor de Justiça
Vice-Diretor da ESMP-AL

Conselho Superior do Ministério Público

PAUTA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA
A SER REALIZADA NO DIA 10.05.2018

Levamos ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros e ao público em geral que, na quinta-feira, dia 10.05.2018, às 10 horas, será realizada sessão do Conselho Superior do Ministério Público na sala dos órgãos colegiados, localizada no 4º andar do edifício-sede, onde serão discutidos e deliberados na forma seguinte:

- Apreciação da Ata da 13ª Reunião Ordinária do CSMP do ano de 2018.

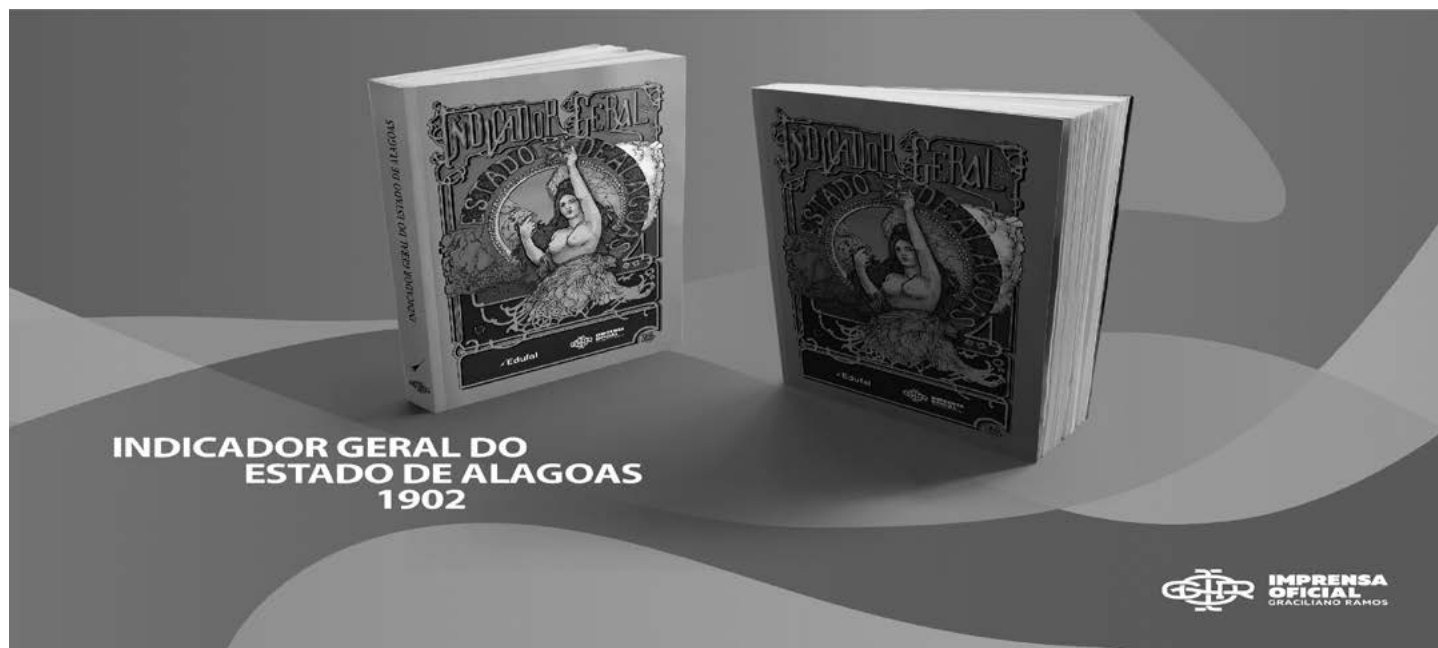
PROCESSOS PARA CONHECIMENTO NA FORMA DIGITALIZADA:

1. Cadastro nº: 02.2016.0000163-87. Origem: Procuradoria Geral de Justiça. Assunto: Comunicação de instauração de IC.
2. Cadastro nº: 05.2018.0000049-00. Referente ao processo nº: 09.2018.0000006-81. Origem: Promotoria de Justiça de Água Branca. Assunto: FUNDEF/Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
3. Cadastro nº: 02.2018.0000154-08. Origem: Procuradoria Geral de Justiça. Assunto: Comunicação de instauração de IC.
4. Cadastro nº: 02.2018.0000206-33. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro. Assunto: Comunicação de prorrogação de PP de ICP.
5. Cadastro nº: 02.2018.0000206-55. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro. Assunto: Comunicação de prorrogação de PP de ICP.
6. Cadastro nº: 02.2018.0000206-77. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro. Assunto: Comunicação de prorrogação de PP.
7. Cadastro nº: 02.2018.0000206-99. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro. Assunto: Comunicação de prorrogação de PP.
8. Cadastro nº: 02.2018.0000207-88. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Penedo. Assunto: Comunicação de prorrogação de IC.
9. Cadastro nº: 02.2018.0000208-88. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema. Assunto: Comunicação de prorrogação de PP.
10. Cadastro nº: 02.2018.0000208-99. Origem: Promotoria de Justiça de Teotônio Vilela. Assunto: Comunica a instauração de Procedimento Administrativo.
11. Cadastro nº: 02.2018.0000209-44. Origem: Promotoria de Justiça de Pilar. Assunto: Comunica instauração de Procedimento Preparatório.
12. Cadastro nº: 05.2018.0000239-96. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos. Assunto: Poluição
13. Cadastro nº: 05.2018.0000240-29. Referente ao processo nº: 06.2018.0000043-77. Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Produto Impróprio
14. Cadastro nº: 05.2018.0000240-51. Referente ao processo nº: 06.2017.0000098-80. Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Práticas Abusivas
15. Cadastro nº: 02.2018.0000212-10. Origem: Promotoria de Justiça de Pilar. Assunto: Comunica instauração de IC.

16. Cadastro nº: 05.2018.0000244-18. Referente ao processo nº: 09.2018.0000036-01. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Assunto: Oferta e Publicidade
17. Cadastro nº: 05.2018.0000244-29. Referente ao processo nº: 09.2018.0000035-90. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Assunto: Oferta e Publicidade
18. Cadastro nº: 05.2018.0000244-30. Referente ao processo nº: 09.2018.0000035-90. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Assunto: Oferta e Publicidade
19. Cadastro nº: 05.2018.0000244-40. Referente ao processo nº: 09.2018.0000035-89. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Assunto: Oferta e Publicidade
20. Cadastro nº: 05.2018.0000245-51. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios. Assunto: Atos e procedimentos investigatórios não formalizados
21. Cadastro nº: 05.2018.0000247-30. Referente ao processo nº: 09.2018.0000037-23. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Assunto: Oferta e Publicidade
22. Cadastro nº: 05.2018.0000247-62. Referente ao processo nº: 09.2018.0000037-01. Origem: Promotoria de Justiça de São José da Tapera. Assunto: Fornecimento de Medicamentos.
23. Cadastro nº: 05.2018.0000248-30. Referente ao processo nº: 09.2018.0000037-34. Origem: Promotoria de Justiça de São José da Tapera. Assunto: Fornecimento de Medicamentos
24. Cadastro nº: 05.2018.0000248-84. Referente ao processo nº: 06.2018.0000019-36. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Saneamento
25. Cadastro nº: 05.2018.0000248-95. Referente ao processo nº: 09.2018.0000037-45. Origem: Promotoria de Justiça de São José da Tapera. Assunto: Fornecimento de Medicamentos
26. Cadastro nº: 05.2018.0000249-30. Referente ao processo nº: 09.2018.0000037-78. Origem: Promotoria de Justiça de São José da Tapera. Assunto: Financiamento do SUS
27. Cadastro nº: 05.2018.0000249-40. Referente ao processo nº: 09.2018.0000037-89. Origem: Promotoria de Justiça de São José da Tapera. Assunto: Financiamento do SUS
28. Cadastro nº: 05.2018.0000249-51. Referente ao processo nº: 09.2018.0000037-90. Origem: Promotoria de Justiça de São José da Tapera. Assunto: Financiamento do SUS
29. Cadastro nº: 05.2018.0000251-72. Referente ao processo nº: 06.2018.0000001-70. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Fauna
30. Cadastro nº: 05.2018.0000252-17. Referente ao processo nº: 06.2017.0000114-63. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Revogação/Concessão de Licença Ambiental
31. Cadastro nº: 05.2018.0000252-50. Referente ao processo nº: 06.2016.0000008-07. Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Dever de Informação
32. Cadastro nº: 05.2018.0000252-61. Referente ao processo nº: 06.2018.0000013-36. Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Oferta e Publicidade
33. Cadastro nº: 05.2018.0000254-28. Referente ao processo nº: 06.2017.0000041-40. Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Práticas Abusivas
34. Cadastro nº: 05.2018.0000254-61. Referente ao processo nº: 06.2018.0000017-47. Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Práticas Abusivas
35. Cadastro nº: 05.2018.0000254-72. Referente ao processo nº: 06.2018.0000047-99. Origem: Promotoria de Justiça de São José da Tapera. Assunto: Edital

Edelzito Santos Andrade
Promotor de Justiça

Secretário do Conselho Superior do Ministério Público ad hoc



**INDICADOR GERAL DO
ESTADO DE ALAGOAS
1902**